

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Aprovação, Avaliação de Governo e Voto nas eleições de capitais brasileiras

Jairo Tadeu Pires Pimentel Junior

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13440>

Submetido em: 2025-09-19

Postado em: 2025-12-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Aprovação, Avaliação de Governo e Voto nas eleições de capitais brasileiras

Jairo Pimentel Jr. — ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6140-5437>

Dr. em Ciência Política – Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Este artigo investiga a relação entre avaliação de governo e desempenho eleitoral em eleições municipais nas capitais brasileiras entre 2000 e 2024. A partir de um banco de dados com 140 pleitos e de pesquisas realizadas às vésperas do primeiro turno, analisa-se como a aprovação do governante e a avaliação de governo correlaciona-se com o voto e a probabilidade de vitória de candidatos governistas — incumbentes ou apoiados. Os resultados indicam que ambas as variáveis captam um mesmo construto latente de satisfação com o governo. Os modelos probabilísticos utilizados mostram que a avaliação influencia não apenas o desfecho da eleição, mas também sua intensidade (vitória no primeiro ou segundo turno). Ademais, propõe-se faixas classificatórias para identificar eleições de continuidade, de mudança ou de meio termo, contribuindo para qualificar análises estratégicas e debates acadêmicos. Palavras-chave: avaliação de governo; aprovação; voto; eleições municipais.

Government Evaluation, Approval, and Voting in Elections of Brazilian Capital Cities

Abstract

This article investigates the relationship between government evaluation and electoral performance in municipal elections in Brazilian capitals between 2000 and 2024. Based on a dataset comprising 140 elections and opinion polls conducted on the eve of the first round, it analyzes how the incumbent's approval rating and government evaluation correlate with vote outcomes and the likelihood of victory for government-backed candidates—either incumbents or endorsed successors. The results indicate that both variables capture the same latent construct of government satisfaction. The probabilistic models employed show that government evaluation influences not only the electoral outcome but also its intensity (victory in the first or second round). Additionally, the article proposes classificatory thresholds to identify elections of continuity, change, or intermediate transitions, contributing to strategic analysis and academic debate.

Keywords: government evaluation; approval; vote; municipal elections.

Évaluation du Gouvernement, Approbation et Vote lors des Élections dans les Capitales Brésiliennes

Résumé

Cet article examine la relation entre l'évaluation du gouvernement et la performance électorale lors des élections municipales dans les capitales brésiliennes entre 2000 et 2024. À partir d'une base de données comprenant 140 scrutins et des enquêtes menées à la veille du premier tour, l'analyse porte sur la manière dont l'approbation du dirigeant et l'évaluation du gouvernement sont corrélées au vote et à la probabilité de victoire des candidats gouvernementaux — titulaires ou soutenus. Les résultats indiquent que ces deux variables traduisent un même construit latent de satisfaction à l'égard du gouvernement. Les modèles probabilistes utilisés montrent que l'évaluation gouvernementale influence non seulement l'issue du scrutin, mais aussi son intensité (victoire au premier ou au second tour). Par ailleurs, l'article propose des plages de classification pour identifier les élections de continuité, de changement ou intermédiaires, contribuant ainsi à enrichir les analyses stratégiques et les débats académiques.

Mots-clés : évaluation du gouvernement ; approbation ; vote ; élections municipales.

Evaluación del Gobierno, Aprobación y Voto en las Elecciones de las Capitales Brasileñas

Resumen

Este artículo investiga la relación entre la evaluación del gobierno y el desempeño electoral en elecciones municipales en las capitales brasileñas entre 2000 y 2024. A partir de una base de datos con 140 comicios y encuestas realizadas en la víspera de la primera vuelta, se analiza cómo la aprobación del mandatario y la evaluación del gobierno se correlacionan con el voto y la probabilidad de victoria de los candidatos oficialistas —ya sean titulares o apoyados. Los resultados indican que ambas variables captan un mismo constructo latente de satisfacción con el gobierno. Los modelos probabilísticos utilizados muestran que la evaluación incide no solo en el resultado electoral, sino también en su intensidad (victoria en primera o segunda vuelta). Además, se proponen rangos clasificatorios para identificar elecciones de continuidad, de cambio o de carácter intermedio, lo que contribuye a enriquecer los análisis estratégicos y los debates académicos.

Palabras clave: evaluación de gobierno; aprobación; voto; elecciones municipales.

Introdução

Nas últimas eleições municipais em 16 das 20 capitais onde o prefeito buscou se reeleger ele acabou logrando sucesso. Trata-se do maior índice de reeleição em capitais desde que passou a ser permitido esse expediente, com 80% de taxa de sucesso. Se avaliada a totalidade dos municípios brasileiros, essa taxa chega a 82%¹. Essa taxa historicamente elevada de reeleição evidencia a importância de compreender os mecanismos que conectam a avaliação dos governos ao comportamento eleitoral, especialmente no âmbito local.

Entre as abordagens mais influentes para explicar esse fenômeno, destaca-se a chamada teoria econômica do voto, ou teoria do voto retrospectivo, formulada inicialmente por Downs (1957) e desenvolvida por autores como Fiorina (1981), Popkin (1991) e Lewis-Beck e Tien (2008). Segundo essa tradição teórica, os eleitores avaliam o desempenho dos governos e decidem seu voto com base na utilidade percebida. Governos bem avaliados tendem a ser premiados com a continuidade, enquanto governos mal avaliados enfrentam maior probabilidade de derrota. Assim, a satisfação com o desempenho governamental — variável central nesse modelo — é vista como um forte preditor do comportamento eleitoral.

A literatura sobre o tema no Brasil vem apresentando robustas evidências quanto a força da avaliação do desempenho governamental enquanto variável explicativa das eleições (Carreirão, 1999, 2002, 2007; Almeida, 2008; Pimentel e Pentead, 2011; Venturi e Andrade, 2011; Pereira, 2014; Amaral e Ribeiro, 2015). Apesar disso, de maneira geral esses trabalhos se furtam em responder uma simples e fundamental questão: o que, afinal, pode ser considerado uma avaliação suficientemente positiva para tornar um governante favorito à reeleição? Ou, em outras palavras, quais níveis de aprovação ou avaliação indicam vantagem competitiva real nas urnas?

Exceção a esse ponto é o trabalho de Almeida (2008) que trata de verificar a partir das eleições municipais quais as chances de reeleição de incumbentes e seus apoiados. Nessa análise, conclui que:

“Quando a soma de ótimo e bom fica acima de 45%-50%, o cenário da eleição é governista e o favorito é sempre o candidato do governo. Quando a soma de ótimo e bom fica abaixo de 40% a situação é favorável a oposição, como aconteceu em mais de quarenta eleições já analisadas [...]. Há indefinição quando a soma de ótimo e de bom entre 40% e 45%” (Almeida, 2008:45).

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/reeleicao-de-prefeitos-em-2024-e-a-maior-da-historia-do-brasil-veja-numeros/>

Entretanto, tal como apontado por Lavareda (2009), os dados utilizados pelo autor para chegar a essa conclusão se mostram imprecisos quanto a temporalidade, dado que alguns casos selecionados foram de pesquisas anteriores as campanhas eleitorais, enquanto outras pesquisas foram de momentos mais próximos dos pleitos (variando entre agosto até outubro do ano eleitoral), o que pode gerar um viés de análise, uma vez que existe endogeneidade causal entre intenção de voto e avaliação de governo durante a campanha eleitoral (Pimentel e Penteadó, 2011).

Cabe ressaltar também que a análise de Almeida não considera haver diferenças entre o candidato governista ser ou não o incumbente, estabelecendo uma mesma probabilidade de vitória para os dois casos (como veremos posteriormente neste artigo, não parece ser o caso). Outro ponto de crítica a ser apontado é o fato do autor misturar cidades muito heterogêneas em sua análise, desde capitais com milhões de habitantes e com segundo turno, como São Paulo, com outras menores de porte pequeno e que possuem apenas primeiro turno, como Paracambi-RJ, que em 2004 tinha apenas 21 mil habitantes.

Ademais, Almeida estabelece parâmetros de probabilidade vagos (i.e ao citar entre “45%-50%” o coorte para uma eleição governista) e até mesmo arbitrários ao analisar os casos estudados, se pautando mais em uma análise qualitativa, descrevendo caso a caso, do que propriamente quantitativa ou probabilística para sustentar esses parâmetros. Assim, apesar desses parâmetros representarem um importante ponto de partida para debater o tema, falta-lhe o rigor metodológico necessário determinar tais probabilidades, o que pode levar a resultados estatisticamente equivocados.

Outro ponto de celeuma para analisar essa relação entre avaliação de desempenho e voto no caso brasileiro é forma de mensuração dessa variável nas pesquisas de opinião pública. Essa celeuma decorre de que em nosso contexto as empresas e institutos de pesquisa de opinião pública utilizarem predominantemente duas formas de mensurar a satisfação com governantes: uma forma é através de uma escala likert de 5 pontos, com ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, que normalmente é concatenada em três categorias, somando-se as menções referentes ao Ótimo e Bom para perfazer a avaliação positiva, e o Ruim e Péssimo como avaliação negativa, mantendo o Regular como o mesmo. Já a outra medida utilizada é dicotômica, e trata apenas como estímulo se o eleitor aprova ou desaprova a atuação do governante. A primeira forma, é correntemente conceituada como “Avaliação de Governo”, enquanto a segunda, é denominada “Aprovação de Governo”.

Como bem apontam Turgeon, Bélanger e Nadeau (2015), apesar de haver uma ampla literatura que versa sobre as diferenças na formulação de questões em surveys, pouco ou nada ela tem se tem atentado para impacto das diferenças nas formas de mensuração da avaliação de desempenho do

incumbente. De fato, no Brasil, nenhum trabalho se enveredou em apontar quais as diferenças ou similaridades entre a avaliação positiva e a aprovação de governo.

Ademais, diante dessas duas formas de mensuração, os institutos de pesquisa nacionais acabam por divulgar duas medidas de desempenho que geram parâmetros distintos de comparação, utilizando muitas vezes como termos intercambiáveis a avaliação positiva como se fosse a aprovação de governo e avaliação negativa como reprovação, o que acaba descambando para manchetes e títulos equivocados na imprensa e servem de “matéria prima para batalha de narrativas”, como bem apontou Lavareda, em artigo jornalístico sobre o tema (Lavareda, 2023).

Dado esse cenário, este artigo visa tratar de maneira mais sistemática e ampla a relação entre aprovação, avaliação de governo e voto, utilizando como panorama as eleições majoritárias a nível local. Nesse sentido, busca-se compreender melhor três aspectos dessas relações: primeiramente, qual o grau de correlação entre avaliação de governo positiva e aprovação de governo? O quanto essas variáveis estão medindo um mesmo fenômeno e de que maneira podemos traduzir essas escalas como intercambiáveis? Segundo, quais os parâmetros de avaliação positiva e de aprovação que determinam os votos dos partidos incumbentes e as suas chances de reeleição, bem como de seus apoiados? E por fim, dados esses parâmetros, como podemos classificar se as eleições tendem a ser mais propensas aos governantes ou a oposição?

Para responder essas questões tratou-se de construir um banco de dados contendo informações sobre pesquisas de opinião e de resultados eleitorais de 140 eleições realizadas entre os anos de 2000 a 2024 em capitais brasileiras, sendo 98 onde o candidato do governo era o próprio incumbente e em 42 oportunidades o candidato era alguém apoiado pelo incumbente.

Na primeira parte deste artigo busca-se de mostrar as origens das escalas de aprovação e avaliação de governo, analisando o uso dessas duas medidas no contexto nacional, bem como em outros contextos. Nesse ensejo, o artigo trata de analisar a correlação entre as medidas de avaliação e aprovação em pesquisas que tenham mensurado essas duas formas de capturar a satisfação dos eleitores em relação ao desempenho governamental. Para tanto é verificado em que medida se trata de uma mesma dimensão de medida ou não e em que medida uma escala é intercambiável pela outra e pode ser traduzida em termos numéricos. Na segunda parte, tratou-se de analisar a relação entre avaliação positiva (Ótimo/Bom) e aprovação de governo com os resultados eleitorais de primeiro turno e probabilidade de vitória dos incumbentes e seus apoiados, tratando-se de verificar empiricamente o que pode ser considerado uma boa taxa de desempenho governamental para definir os pleitos. Na terceira parte, seguindo Young e Ziemer (2025), com base nesses dados de probabilidade, sugere-se uma classificação dos pleitos em termos de continuidade,

meio termo e mudança, levando-se em consideração os dados de avaliação de governo. Por fim, tratou-se de avançar ainda mais nesse tema, oferecendo uma análise multinomial para se entender as probabilidades de vitória e derrota dos incumbentes e seus apoiados no primeiro e segundo turno das eleições municipais.

Aprovação e Avaliação de Governo-Usos e Similaridades

A avaliação e aprovação de governos por meio de pesquisas de opinião é uma prática consolidada na ciência política e na análise de cenários eleitorais. Desde os primeiros levantamentos sistemáticos, a mensuração da opinião pública sobre governantes tornou-se um dos principais termômetros para a governabilidade, reeleição e tomada de decisões estratégicas. Esse tipo de pesquisa tem origem nos Estados Unidos e, ao longo do século XX, foi amplamente adotado por diversos países, incluindo o Brasil.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a popularidade dos líderes políticos tornou-se um fator crucial para medir o apoio da população às decisões de guerra. Os primeiros registros de pesquisas aprovação de governo surgem nesse período. Assim, em 1939, o Gallup começou a mensurar a aprovação do trabalho presidencial, medindo o desempenho do presidente Roosevelt com a simples pergunta binária: “Você aprova ou desaprova a forma como (nome do presidente) está desempenhando seu cargo como presidente?”². Essa estrutura foi mantida ao longo das décadas e se tornou um dos principais indicadores de desempenho governamental. Durante esse período os Estados Unidos lideraram o desenvolvimento das pesquisas de aprovação presidencial. O Gallup Poll estabeleceu padrões metodológicos que foram replicados por outros institutos ao redor do mundo e tornou-se um dos principais indicadores de desempenho dos governantes, mesmo que com algumas modificações.

Na Inglaterra, por exemplo, o BIPO (British Institute of Public Opinion) aderiu a medida de aprovação perguntando já em 1939 sobre a atuação de Chamberlain como primeiro ministro³. O formato binário é mantido até hoje também por outras empresas do setor, como o YouGov, e com alguma variação pela monitor de satisfação da Ipsos-Mori que desde 1977 vem perguntando se os eleitores estão satisfeitos ou insatisfeitos com a atuação do governo e até mesmo com políticos de oposição.

²Originalmente em inglês: “Do you approve or disapprove of the way [enter President name] is handling his job as President?”

³Originalmente em Inglês: In general do you approve or disapprove of Mr. Chamberlain as Prime Minister? Yes or No-<https://doc.ukdataservice.ac.uk/doc/2038/mrdoc/pdf/2038userguide.pdf>

Já caso francês, o IFOP (Institut français d'opinion publique) desde 1958 passou a utilizar uma medida de popularidade política mensurando o quanto os franceses se encontravam satisfeitos ou não com o presidente e primeiro ministro em quatro categorias ao invés de uma pergunta binária (Turgeon, Bélanger e Nadeau, 2015)⁴.

Entretanto, mesmo no caso americano atualmente é comum o uso de escalas maiores para medir o desempenho presidencial. Como bem pontua Lavareda (2023), “metade dos dez institutos americanos de maior prestígio ranqueados pelo FiveThirtyEight usa desde sempre apenas o enfoque binário (aprova/ desaprova), e metade lança mão de escalas (“aprova fortemente”, “aprova”, “não aprova nem desaprova”, “desaprova”, “desaprova fortemente”)“. A despeito disso, a escala likert como utilizada no Brasil parece ser algo completamente nacional.

Seu uso, ao que tudo indica, tem origem no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), um dos primeiros a aplicar pesquisas de satisfação de governo de forma sistemática, tornando-se referência no setor já na década de 60. Nesse contexto, em pesquisas realizadas as vésperas do Golpe de 64 (mas somente conhecidas do público nos anos 2000) perguntou-se aos eleitores de São Paulo, Araraquara-SP e Avaí-SP a avaliação que eles possuíam do então presidente Jango. Com uma base de 950 entrevistas, essa pesquisa mostrou uma avaliação média de 45% de ótimo/bom do governo João Goulart e 17% de Ruim/Péssimo (Motta, 2014).

Posteriormente, após o fim do regime militar, outras instituições de prestígio, como o Datafolha e Ipspe, também passaram a realizar medições regulares sobre a popularidade de incumbentes utilizando essa escala de avaliação, tornando-a na forma predominante de mensuração a partir dos anos 80 em nosso contexto. Entretanto, é corriqueiro nos dias atuais que os institutos de pesquisa também colem o dado de aprovação binária na mesma pesquisa em que perguntam sobre avaliação do governo (diferentemente do que ocorre nos EUA onde se pergunta uma das alternativas, tal como aponta Lavareda (2023)). Não obstante, apesar do uso recorrente dessas duas medidas de maneira simultânea, pouco ou nada se sabe até o momento o quanto essas diferentes formulações representam ou não uma mesma medida e podem ser utilizadas como intercambiáveis na análise das chances de reeleição de incumbente e seus apoiados.

É importante ressaltar que além de possuírem escalas numéricas diferentes, essas medidas também contam com uma formulação de enunciado distinta que pode afetar a resposta aferida: enquanto a medida de avaliação de governo geralmente pede uma classificação de ranking do desempenho

⁴Originalmente em francês: “Êtes-vous satisfait ou insatisfait de l'action de [nom du président] en tant que Président de la République ? : Très satisfait (Muito satisfeito), Plutôt satisfait (Bastante satisfeito), Plutôt pas satisfait (Bastante insatisfeito), Pas du tout satisfait (Nada satisfeito)

do governo, a aprovação é mais focada no desempenho individual do governante. Assim, enquanto o Ibope, por exemplo, perguntava: “De uma maneira geral, como o(a) sr(a) classifica a administração do Prefeito/Governador/Presidente X”, a pergunta sob aprovação era: “O(A) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o prefeito X está administrando a cidade/estado/país?”. Dessa forma, a avaliação de governo evoca um julgamento global e mais abstrato sobre o desempenho da administração como um todo, ancorada em critérios variados que o entrevistado mobiliza para formar sua opinião como ações administrativas na saúde, educação e políticas públicas, enquanto a aprovação parece mais ancorada na personalidade da atuação do incumbente. Essas distinções não devem ser encaradas como meras sutilezas metodológicas. Como aponta a literatura especializada, “diferentes formulações, formatos, conteúdos e ordens das perguntas podem levar a respostas distintas, ao evocarem significados e considerações diferentes, além de oferecerem alternativas variadas para expressar uma atitude ou preferência” (Turgeon, Bélanger e Nadeau, 2015: 4). Reconhecer essas nuances é fundamental para a interpretação válida dos dados e para a comparação entre estudos que empregam diferentes instrumentos de mensuração da opinião pública.

Nesse sentido, por exemplo, o estudo de Hougland, Johson e Wolf (1992) ao tratar desse tema examina as implicações metodológicas do uso de diferentes formatos de pergunta em pesquisas de opinião pública, comparando escalas de avaliação de desempenho (“excelente”, “bom”, “regular”, “ruim”) com escalas de aprovação (“aprova fortemente”, “aprova um pouco”, “desaprova um pouco”, “desaprova fortemente”). Com base em uma pesquisa telefônica realizada no estado de Kentucky, os autores demonstram que a escolha do formato de resposta afeta significativamente os resultados obtidos. Em especial, evidenciam que a palavra “fair” — frequentemente traduzida como “regular” ou “razoável” — apresenta ambiguidade semântica, podendo ser interpretada tanto como um julgamento negativo quanto neutro ou até levemente positivo, dependendo do contexto cultural e da experiência do respondente. Os resultados indicam que perguntas formuladas com base na escala de aprovação tendem a produzir avaliações mais favoráveis e apresentam maior confiabilidade estatística. Por outro lado, também geram uma maior proporção de respostas do tipo “não sabe”, uma vez que exigem uma tomada de posição mais clara por parte dos entrevistados.

Nessa mesma linha de análise, Turgeon et al (2013) comparam duas séries históricas mensais aplicadas na França entre 1978 e 2007: a medida de satisfação, utilizada pelo IFOP, e a medida de confiança, coletada pelo instituto SOFRES. Enquanto a primeira se baseia em uma pergunta sobre o quanto os pesquisados estão satisfeitos no desempenho do Presidente ou do Primeiro-Ministro, a segunda questiona diretamente a confiança do público na capacidade dessas autoridades em resolver os problemas enfrentados pelo país. Ambas oferecem uma escala ordinal de quatro pontos,

mas com semânticas distintas na questão sobre o tema. Os resultados empíricos revelam que, embora correlacionadas, as duas medidas não são equivalentes. A correlação entre elas é moderada, sendo mais fraca para presidentes ($r = 0,61$) do que para primeiros-ministros ($r = 0,78$), o que sugere que satisfação e confiança captam aspectos distintos da popularidade executiva. Além disso, os determinantes dessas medidas também diferem. No caso dos presidentes, eventos de segurança internacional aumentam a satisfação de forma imediata e a confiança de forma retardada, com efeitos condicionados pelo arranjo institucional de coabitação ou governo unificado. Já para os primeiros-ministros, a satisfação é mais sensível às condições econômicas — especialmente à inflação durante períodos de coabitação — e a eventos como greves, com efeitos mais imediatos do que os observados para a confiança.

Seguindo esse diapasão, a base de dados construída para este artigo conta com 73 casos em que os institutos de pesquisa nacionais perguntaram, em uma mesma oportunidade, sobre avaliação de governo (ótimo/bom) e aprovação do governante em capitais estaduais, permitindo correlacionar diretamente essas medidas.⁵ A análise desses dados mostra que a correlação de Pearson entre as duas variáveis foi extremamente alta ($r = 0,9733$, $p < 0,0001$), denotando uma associação quase perfeita entre os dois indicadores. Além disso, estimou-se o alfa de Cronbach — estatística tradicionalmente usada para aferir a consistência interna de escalas — cujo valor obtido ($\alpha = 0,9855$) reforça a ideia de que ambas as perguntas captam, com altíssima confiabilidade, um mesmo construto latente de avaliação governamental.

No modelo de regressão linear a seguir presente na tabela 1, pode-se ainda extrair outras medidas que corroboram essa perspectiva. O modelo apresentou um coeficiente de determinação elevado ($R^2 = 0,95$), indicando que cerca de 95% da variação na aprovação pode ser explicada pela avaliação “Ótimo/Bom”, além de um erro padrão bastante pequeno (0,03). Esses achados não apenas sustentam a existência de uma dimensão comum subjacente às duas perguntas, como também podem ser visualmente percebidos no gráfico de dispersão subsequente, que evidencia a relação linear quase perfeita entre as variáveis. Com base na regressão linear estimada entre avaliação “Ótimo/Bom” e aprovação, é possível afirmar, por exemplo, que um governante com 40% de avaliação positiva tende a registrar aproximadamente 54% de aprovação (conforme indicado pela equação: $\text{Aprovação} = 12,20 + 1,036 \times \text{Ótimo/Bom}$).⁶

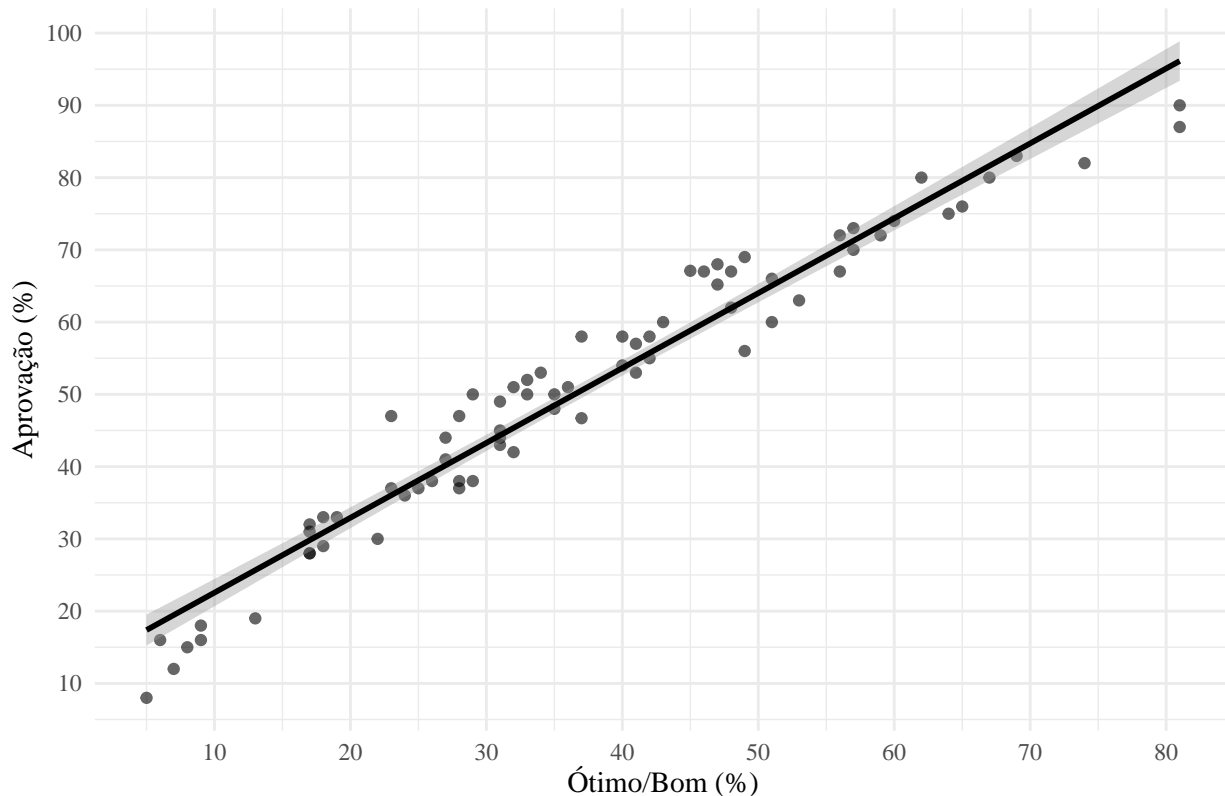
⁵Importante ressaltar que foi utilizado como critério a última pesquisa antes do primeiro turno, para que a amostra de casos fosse a mais homogênea possível. Além disso, o banco foi construído apenas com capitais com dois turnos na oportunidade da eleição

⁶Ver tabela 5 no apêndice com os dados da correspondência desses dados previstos.

Tabela 1: Regressão Linear: Aprovação x Avaliação Ótimo/Bom

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	statistic	p-valor
(Intercept)	12.2013	1.2008	10.161	< 0.0001
Ótimo/Bom	1.0362	0.029	35.7175	< 0.0001
R ²	0.9473			
N	73			

Gráfico 1 – Aprovação x Avaliação Ótimo/Bom



Em síntese, os resultados apresentados reforçam a robustez da relação entre avaliação de governo e aprovação do governante, mesmo diante de suas formulações distintas. Embora as perguntas mobilizem diferentes âncoras cognitivas — uma mais orientada ao desempenho administrativo, outra ao julgamento político ou moral —, os dados indicam que, na prática, ambas captam com elevada consistência um mesmo construto latente de avaliação do incumbente. Essa interpretação encontra respaldo na literatura psicométrica, segundo a qual diferentes instrumentos que visam medir o mesmo fenômeno devem apresentar alta correlação entre si — condição conhecida como validade convergente (Campbell & Fiske, 1959).

Avaliação de Governo, Aprovação e Voto

Se essas duas medidas são tão correlacionadas entre si, é de se esperar que produzam resultados semelhantes para explicar o voto dos eleitores. De fato, nos modelos de regressão linear presentes na tabela 2 a seguir podemos observar que os coeficientes de determinação são muito parecidos ($R^2 = 0,72$ para avaliação de governo ótimo/bom e $R^2 = 0,787$ para aprovação, no caso de candidatos incumbente), indicando que ambas as variáveis explicam uma parcela elevada da variação do desempenho eleitoral no primeiro turno. Os coeficientes estimados também corroboram essa interpretação: tanto a avaliação ótimo/bom quanto a aprovação apresentam efeitos positivos e altamente significativos, sugerindo que quanto melhor a percepção dos eleitores em relação ao governo, maior a intenção de voto no candidato governista.

Entre candidatos apoiados, embora o poder explicativo dos modelos seja sensivelmente menor ($R^2 = 0,387$ para ótimo/bom e $R^2 = 0,425$ para aprovação), o padrão se repete: melhores avaliações do governo estão associadas a um desempenho eleitoral superior. A magnitude dos coeficientes, contudo, é inferior àquela observada para candidatos da situação direta, refletindo o fato de que o vínculo entre avaliação de governo e intenção de voto é mais difuso ou mediado por outros fatores no caso dos apoiados.

Esses resultados reforçam a validade do uso tanto da variável de avaliação ótimo/bom quanto da variável de aprovação como preditores robustos do desempenho eleitoral, especialmente para candidatos incumbentes. Além disso, a proximidade dos valores de R^2 e a consistência dos efeitos estimados indicam que, para fins de análise de voto em eleições municipais, ambas as medidas podem ser utilizadas de forma substitutiva sem prejuízo substancial de qualidade analítica.

Tabela 2: Regressão Linear — Ótimo/Bom e Aprovação X Voto

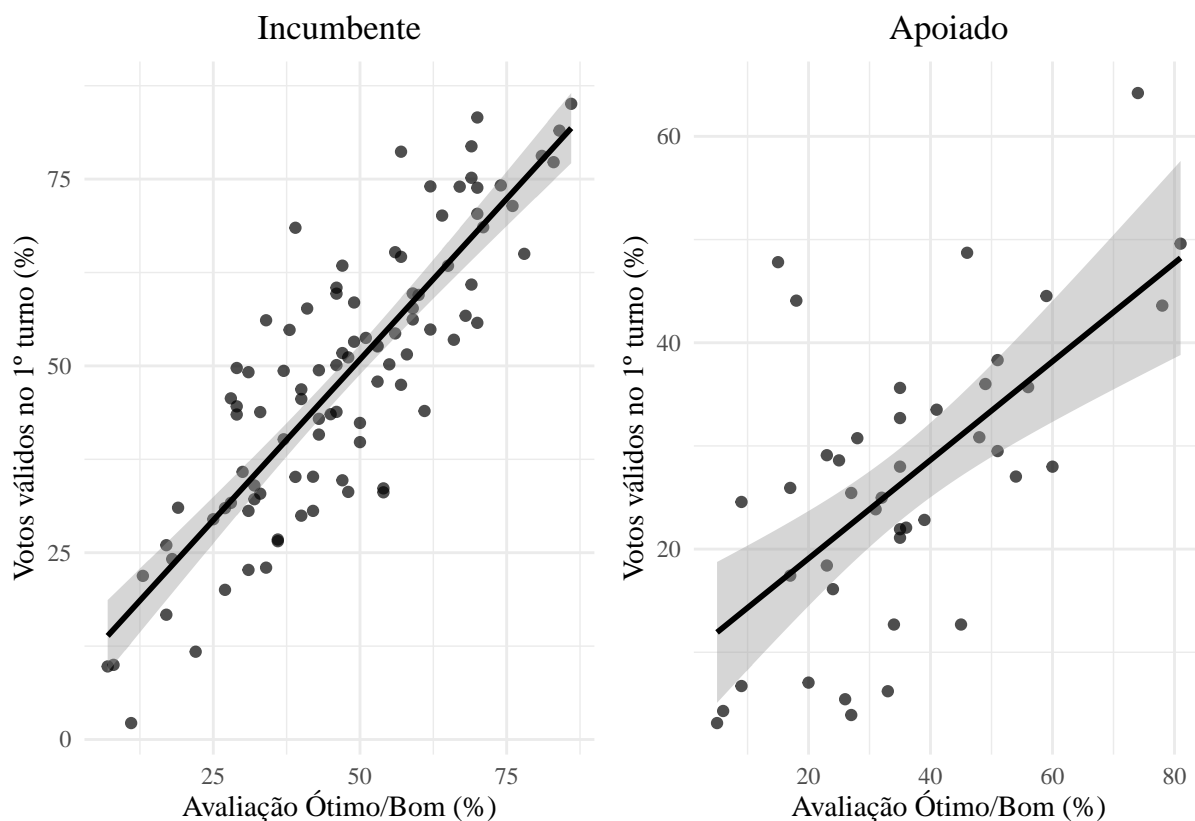
Termo	Incumbente - OB	Incumbente - Apr	Apoiado - OB	Apoiado - Apr
Intercepto	7.844 (2.773)**	-4.852 (3.95)	9.54 (3.792)*	5.056 (5.239)
Ótimo/Bom	0.86 (0.055)***	–	0.477 (0.095)***	–
Aprovação	–	0.909 (0.07)***	–	0.447 (0.104)***
R^2	0.72	0.7873	0.3876	0.4249
N	97	47	42	27

*** $p < 0.001$ | ** $p < 0.01$ | * $p < 0.05$ | . $p < 0.1$

A observação gráfica desses dados reforça os achados dos modelos de regressão apresentados anteriormente. No gráfico 2 a seguir, observa-se uma associação positiva bastante clara, especialmente no caso dos candidatos incumbentes. A dispersão dos pontos ao redor da linha de regressão é relativamente pequena para os incumbentes, indicando uma relação linear forte e consistente: à medida que a avaliação ótimo/bom aumenta, o percentual de votos válidos também cresce de forma bastante previsível. Essa impressão visual se alinha ao elevado R^2 obtido, sugerindo que a avaliação ótimo/bom é um preditor robusto do voto para candidatos da situação.

Entre os candidatos apoiados, embora a tendência de associação positiva também se manifeste, a dispersão dos pontos em torno da linha é visivelmente maior. A faixa de confiança (sombreada em cinza) mais ampla ilustra a maior incerteza dos resultados, coerente com o menor coeficiente de determinação observado no modelo. Isso sugere que, para candidatos apoiados, a avaliação ótimo/bom do governo ainda influencia o desempenho eleitoral, mas essa influência é consideravelmente mais fraca e sujeita a possíveis outros fatores intervenientes.

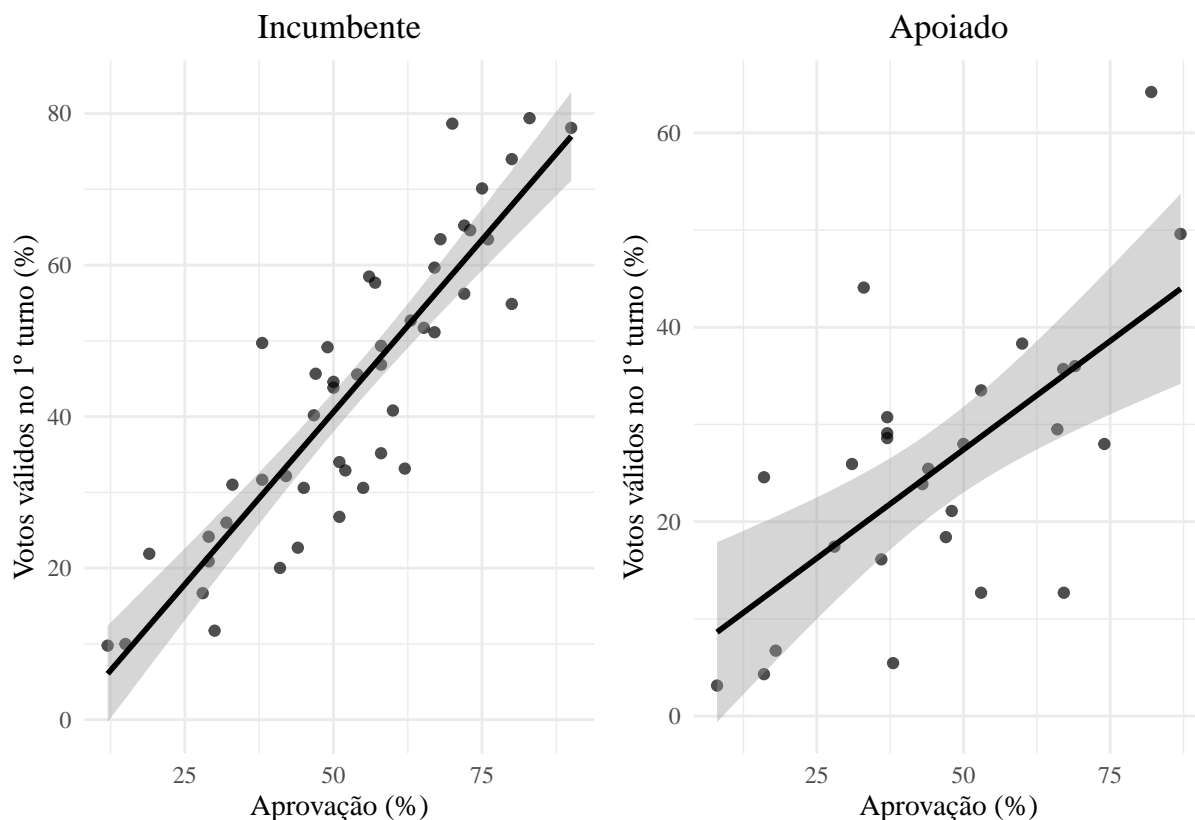
Gráfico 2 – Avaliação de Governo e Votos Válidos 1º turno – %



Os dois gráficos seguintes, que tomam a aprovação como variável explicativa, apresentam um

padrão muito similar. Para candidatos incumbentes, novamente, há uma forte associação positiva entre a taxa de aprovação e os votos recebidos no primeiro turno, com dispersão reduzida e intervalo de confiança estreito. A qualidade do ajuste é inclusive ligeiramente superior àquela observada com a variável ótimo/bom, conforme indicado pelo R^2 mais elevado (0,787). Para candidatos apoiados, o padrão persiste: a relação é positiva, mas a dispersão dos dados é maior e a predição torna-se mais imprecisa, refletindo um menor grau de explicação da variável aprovação sobre o desempenho eleitoral ($R^2 = 0,425$).

Gráfico 3-Aprovação de Governo e Votos Válidos 1º turno – %



Em conjunto, esses gráficos visualmente confirmam os achados estatísticos: tanto a avaliação ótimo/bom quanto a aprovação capturam com razoável precisão a dinâmica do voto para candidatos incumbentes, enquanto para candidatos apoiados, embora essas medidas também sejam relevantes, seu poder explicativo é notadamente inferior. Assim, ao separar analiticamente o desempenho de incumbentes e apoiados, nossa análise mostra que a força da associação entre avaliação e voto é sensivelmente distinta entre esses dois grupos — algo que Almeida (2008) não considerou. A avaliação ótimo/bom e aprovação tem muito mais poder preditivo para o desempenho de candidatos

incumbentes do que para candidatos apenas apoiados, que apresentam maior dispersão nos dados e R^2 consideravelmente mais baixos.

Contudo, compreender apenas o impacto da avaliação ótimo/bom e da aprovação sobre o percentual de votos, embora fundamental, não é suficiente para capturar integralmente as dinâmicas eleitorais. Em última instância, o que define o sucesso eleitoral é a vitória — e não apenas a obtenção de uma votação expressiva. Para aprofundar essa análise, estimamos regressões logísticas, capazes de modelar diretamente a probabilidade de vitória em função do desempenho governamental. Esse tipo de abordagem permite avançar além da relação linear entre avaliação e desempenho eleitoral, incorporando a lógica binária do processo eleitoral e oferecendo evidências ainda mais robustas sobre como a popularidade governamental molda o desfecho das eleições.

Nesse sentido, os modelos de regressão logística apresentados na Tabela 3 reforçam e aprofundam os padrões já observados nas regressões lineares. De forma consistente, tanto a avaliação ótimo/bom quanto a aprovação do governo exercem efeitos positivos e estatisticamente significativos sobre a probabilidade de vitória eleitoral para os incumbentes, com Pseudo R^2 de 0,44 para aprovação e 0,36 para o ótimo/bom, com uma acurácia de previsão de 83% e 87%, respectivamente.

Contudo, candidatos apenas apoiados, em comparação com os incumbentes diretos, apresentam uma desvantagem expressiva: Apesar de apresentarem acurácias aparentemente razoáveis — 81,5% no modelo com aprovação e 81% no modelo com avaliação ótimo/bom —, os modelos aplicados ao grupo dos prefeitos apoiados apresentam desempenho estatístico insatisfatório. Os coeficientes de regressão são estatisticamente não significantes e o Pseudo R^2 é baixo (0,0683 e 0,0651, respectivamente). Essa penalização estrutural é robusta nos dois modelos estimados para os apoiados, indicando que o efeito positivo da avaliação do governo e da aprovação pessoal, embora presente para candidatos apoiados, não é suficiente para compensar integralmente a ausência da titularidade do cargo.

Esses parâmetros da regressão para os apoiados sugerem que a elevada taxa de acerto pode ser enganosa. Em contextos com possíveis desequilíbrios de classe (por exemplo, predominância de vitórias ou derrotas), modelos podem alcançar alta acurácia apenas reproduzindo a classe majoritária, sem necessariamente apreender padrões significativos a partir dos preditores. Além disso, o baixo número de observações nos modelos dos apoiados ($N = 27$ para aprovação e 42 para avaliação) aumenta o risco de overfitting, ou seja, o ajuste excessivo aos dados disponíveis, com consequente perda de capacidade de generalização. Assim, os indicadores de acurácia, quando analisados isoladamente e em conjunto com os demais parâmetros estatísticos, não conferem

robustez suficiente para considerar os modelos como confiáveis do ponto de vista preditivo ou inferencial.

Em síntese, para os incumbentes, melhores avaliações de governo e aprovação potencializam substancialmente suas chances de reeleição, consolidando a vantagem da posição. Para os candidatos apoiados os dados são imprecisos para confirmar essa hipótese.

Tabela 3: Modelos Logísticos: Aprovação e Ótimo/Bom como Preditores de Vitória

Termo	Situação - Apr	Situação - O/B	Apoiado - Apr	Apoiado - O/B
Intercepto	-5.634 (1.907) **	-3.243 (1.034) **	-2.664 (1.312) *	-2.333 (0.878) **
Aprovação	0.136 (0.041) ***	–	0.033 (0.024)	–
Ótimo/Bom	–	0.121 (0.029) ***	–	0.034 (0.02) .
Pseudo R ²	0.4438	0.3632	0.0683	0.0651
N	47	97	27	42
Acurácia (%)	83%	86.6%	81.5%	81%

*** p < 0,001 | ** p < 0,01 | * p < 0,05 | . p < 0,10

Diante das limitações observadas nos modelos estimados separadamente para os grupos de incumbentes e apoiados — em especial os baixos valores de pseudo R² entre os apoiados, apesar de acurácias aparentemente razoáveis —, optou-se por uma estratégia alternativa, mais robusta, baseada na inclusão de termos de interação entre avaliação e candidato do governo. Essa abordagem permite que o modelo capture variações no efeito da avaliação (seja medida por aprovação direta ou pela escala ótimo/bom) condicional ao pertencimento ao grupo “Situação” ou “Apoiado”, evitando a perda de poder explicativo decorrente da estratificação.

Ao incorporar interações como Aprovação × Situação e Ótimo/Bom × Situação, o modelo reconhece que a relação entre avaliação e probabilidade de vitória não é homogênea entre os grupos analisados — uma suposição teoricamente plausível e empiricamente verificável. Os resultados confirmam que a avaliação exerce um efeito significativamente mais forte no caso dos governantes em exercício (Situação), ao passo que seu impacto entre os apoiados tende a ser mais tênue ou estatisticamente marginal.

Além de resolver o problema de baixa explicação nos modelos específicos dos apoiados, essa estratégia ainda assegura níveis satisfatórios de acurácia para ambos os grupos e eleva

substancialmente o pseudo R^2 dos modelos, sugerindo maior adequação estatística. Assim, a adoção de modelos com interação entre avaliação e grupo político se justifica tanto por critérios teóricos quanto metodológicos, e oferece uma solução eficiente para os riscos de overfitting ou viés gerados por desequilíbrios de amostra ou omissão de efeitos condicionais relevantes.

Tabela 4: Regressão Logística

Termo	Ótimo/Bom	Aprovação
Intercepto	-2.749 (0.671) ***	-3.947 (1.093) ***
Ótimo/Bom	0.043 (0.016) **	–
Aprovação	–	0.054 (0.02) **
Interação: OB × Situação	0.065 (0.013) ***	–
Interação: Aprov × Situação	–	0.047 (0.013) ***
Pseudo R^2	0.4124	0.3888
N	139	74
Acurácia Situação (%)	86.6%	80.9%
Acurácia Apoiados (%)	81%	77.8%

*** $p < 0,001$ | ** $p < 0,01$ | * $p < 0,05$ | . $p < 0,10$

A extração de valores previstos do Gráfico 4, agora acompanhada das faixas de incerteza (intervalos de confiança de 95%), permite uma leitura mais robusta sobre as diferenças entre candidatos incumbentes e apoiados quanto ao impacto da avaliação de governo na probabilidade de vitória.

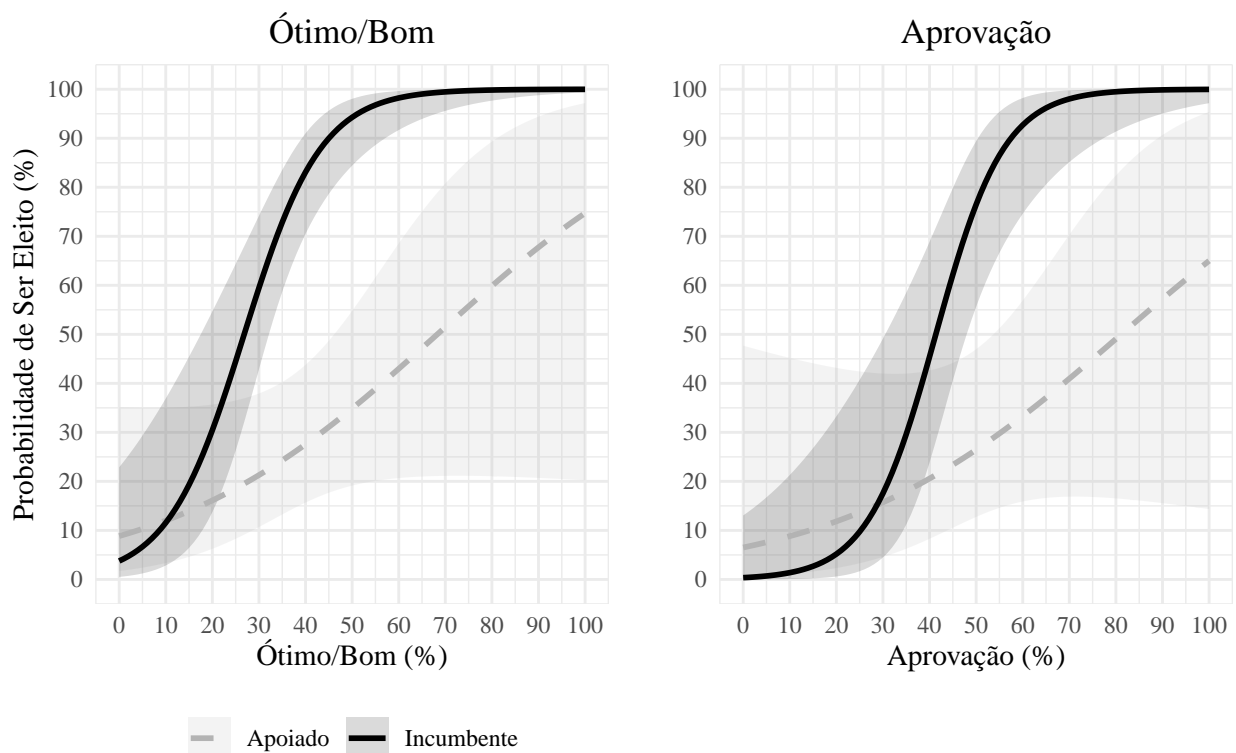
Para a variável avaliação ótimo/bom, observa-se uma vantagem sistemática dos incumbentes. Já com 27% de avaliação positiva, a chance média de reeleição de um incumbente ultrapassa 50%, com intervalo de confiança entre aproximadamente 35% e 65%. Nesse mesmo ponto, a probabilidade de vitória de um candidato apenas apoiado gira em torno de 20%, com limites entre 10% e 30%, mostrando baixa sobreposição entre os grupos.

À medida que a avaliação melhora, a diferença se intensifica. Com 40% de ótimo/bom, a chance de reeleição de um incumbente sobe para cerca de 83% (IC: 70% a 92%), enquanto apoiados atingem apenas cerca de 28% (IC: 18% a 39%). Em avaliações acima de 60%, os incumbentes operam praticamente em zona de segurança eleitoral, com mais de 98% de chance de vitória (IC: ~93% a 99,9%). Mesmo nesse patamar, os apoiados alcançam apenas cerca de 43% (IC: 30% a 57%), com diferenças ainda significativas, embora as faixas comecem a se aproximar.

No caso da variável aprovação, o padrão geral se mantém, mas com faixas de confiança mais largas e sobreposição mais frequente, sugerindo maior incerteza na estimativa. Com 40% de aprovação, a probabilidade de vitória de um incumbente é de cerca de 45% (IC: 30% a 60%), enquanto apoiados ficam em torno de 21% (IC: 10% a 34%). Aos 50% de aprovação, a diferença se acentua: incumbentes saltam para 77% (IC: 65% a 88%) e apoiados para 27% (IC: 16% a 39%). Mesmo com 70% de aprovação, quando incumbentes atingem praticamente 98% de chance de vitória, os apoiados permanecem abaixo dos 45% (IC: 26% a 56%).

Esses resultados reforçam que a avaliação positiva do governo beneficia com força os candidatos que o lideram, mas não se transfere automaticamente aos apoiados. A análise dos intervalos de confiança adiciona nuances importantes: embora o efeito da incumbência seja expressivo, há zonas de incerteza que recomendam cautela em interpretações absolutas — especialmente no caso da variável aprovação, cujas estimativas são menos precisas.

Gráfico 4-Probabilidade de vitória por Ótimo/Bom e Aprovação.



Esses resultados convergentes reforçam duas conclusões principais. Primeiro, a avaliação

de desempenho governamental — seja medida pela aprovação direta do prefeito, seja pela percepção sobre seu governo — é um dos principais preditores do sucesso eleitoral nas disputas municipais. Segundo, e mais relevante, é que a vantagem eleitoral proporcionada pela avaliação positiva é profundamente condicionada pela posição institucional do candidato: para os incumbentes, incrementos moderados nos níveis de avaliação geram ganhos rápidos e acentuados de probabilidade de vitória; para os apoiados, esses ganhos são mais graduais e, frequentemente, insuficientes para assegurar a maioria eleitoral.

Heurísticas analíticas - Mudança, meio termo e continuidade

As probabilidades de vitória observadas configuram um contínuo fortemente correlacionado com os níveis de aprovação ou avaliação dos governantes. No entanto, permanece a questão: quais faixas de aprovação delimitam cenários de maior propensão à vitória ou à derrota eleitoral?

Uma resposta possível pode ser encontrada na classificação proposta por Young e Ziemer (2025). Segundo esses autores, uma das heurísticas mais relevantes utilizadas por analistas eleitorais para classificar e antecipar resultados eleitorais baseia-se justamente na aprovação do governo. A partir disso, as eleições são agrupadas em três categorias principais: mudança, meio termo e continuidade.

Eleições de mudança ocorrem em contextos de insatisfação generalizada, nos quais os eleitores tendem a preferir candidatos de oposição, rompendo com o grupo incumbente. Já as eleições de continuidade refletem cenários em que a avaliação positiva do governo sinaliza estabilidade e apoio à permanência do grupo no poder. Entre esses dois polos encontra-se a categoria de meio termo, caracterizada por níveis intermediários de aprovação, nos quais outros fatores – como campanha, identidade partidária ou conjuntura econômica – assumem maior peso na definição do resultado eleitoral.

Essa classificação funciona, portanto, como um instrumento analítico útil para antecipar cenários prováveis, estruturar interpretações sobre o comportamento do eleitorado e otimizar estratégias eleitorais conforme o grau de aprovação do governo em disputa.

Baseados em dados de 267 eleições em 35 países, os autores estabeleceram como corte probabilístico da eleição de mudança entre 0% a 39% de aprovação, para eleição de continuidade 55% de aprovação ou mais. A eleição de meio termo ficaria entre 40% a 54% de aprovação. Cabe destacar que tais cortes não são arbitrários: o limite inferior de 39% é estabelecido porque, a partir

de 40% de aprovação, a probabilidade prevista de vitória do incumbente ultrapassa 50%; já o corte de 55% reflete a observação de que, nesse nível de aprovação, a taxa média de sucesso eleitoral dos incumbentes supera 90%.

Nossos modelos de regressão logística, baseados na variável aprovação, reproduzem de maneira satisfatória essa estrutura. Como pode ser observado no gráfico 5, no cenário de mudança (0–39% de aprovação), a média da probabilidade prevista de vitória do incumbente é de aproximadamente 30%; no meio-termo (40–54%), ela sobe para 68%; e no cenário de continuidade (55%+), alcança 95%.⁷. Essas probabilidades médias são bastante semelhantes as apresentadas por Young e Ziemer, mostrando que esse recorte também faz sentido para a análise das eleições nas capitais brasileiras.⁸.

Além das probabilidades previstas, o gráfico apresenta também as taxas de vitória efetivamente observadas nos casos empíricos da base de dados. Verifica-se que, no segmento de mudança, 27% dos incumbentes lograram êxito; no meio-termo, esse índice foi de 62%; e, no cenário de continuidade, a taxa de sucesso alcançou expressivos 96%. Tais resultados reforçam a robustez preditiva do modelo, ao demonstrar que as probabilidades estimadas não apenas seguem uma lógica teórica consistente, mas também encontram respaldo na realidade observada, ao menos no caso dos incumbentes.

Já para os candidatos apoiados, como esperado, o corte para definir a continuidade de governo é muito mais alto, dado que a probabilidade de vencer a eleição nessa condição só atinge 80% a partir 83% de aprovação de governo. Já a eleição de mudança predomina como mais provável até 65% de aprovação do governo. Isso mostra que para garantir a continuidade de um governo em que o candidato não é incumbente a aprovação precisa ser muito alta e que, portanto, as características do candidato apoiado importam muito mais nesses casos. Assim, o que pode ser considerado uma avaliação extremamente alta para garantir a continuidade do incumbente ao poder, para o apoiado pode ser apenas uma avaliação intermediária, ao menos no que concerne as disputas em capitais brasileiras.

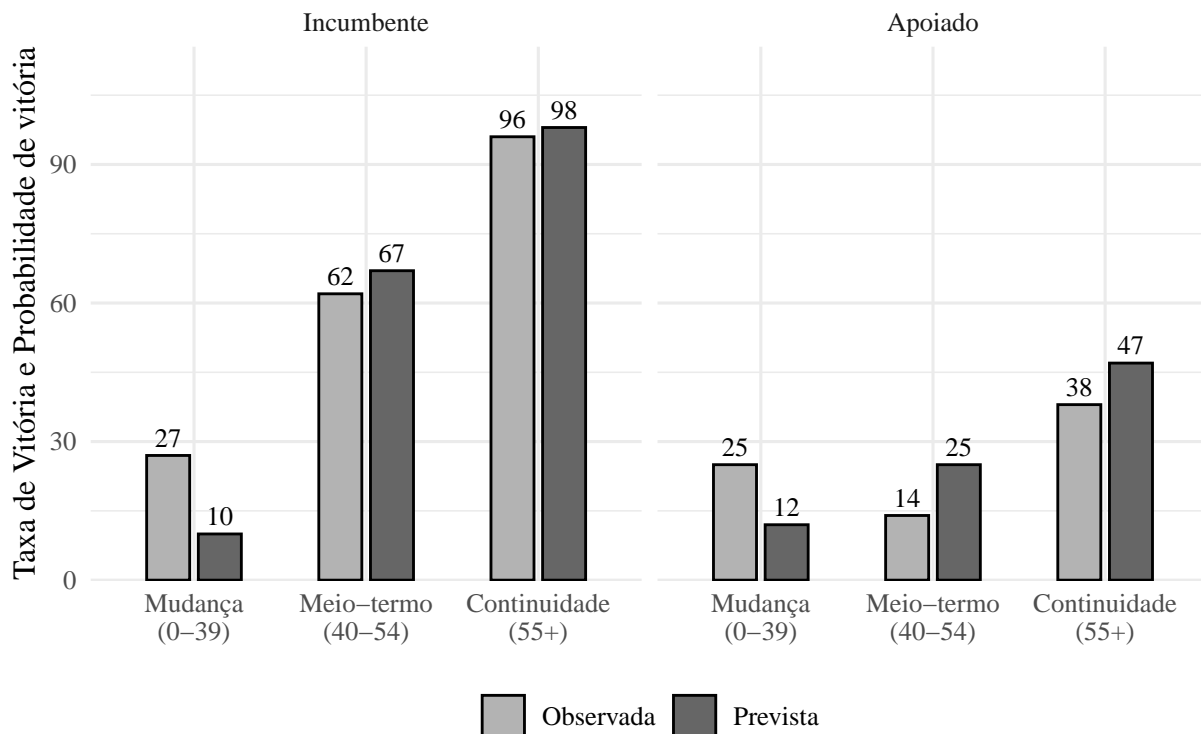
Adicionalmente, observa-se uma dissonância entre as probabilidades previstas e os dados efetivamente observados nos casos em que o candidato é o apoiado pelo governo, indicando uma limitação — ao menos parcial — do modelo para capturar adequadamente essa dinâmica.

⁷Os dados usados no artigo apontam um corte um pouco diferente para a mudança, com 50% de probabilidade sendo atingido entre 41% e 42% de aprovação, e o meio termo: com 80% de probabilidade sendo atingido em aproximadamente 51% e 52% de aprovação - ver apêndice na tabela 6 a relação entre aprovação e probabilidade de vitória. Entretanto, optou-se por manter o recorte original de Young e Ziemer por dois motivos: pela insignificância estatística da diferença observada, dentro do intervalo de confiança, e para se obter comparabilidade dos dados.

⁸As probabilidades de vitória do candidato do governo para esse segmentos apresentados por Young e Ziemer (2025) foram: 21% para mudança, 63% para meio termo e 92% para continuidade.

Especificamente, verifica-se que a taxa de sucesso eleitoral dos candidatos apoiados foi mais alta no segmento de mudança (25%) do que no meio-termo (14%), contrariando a progressão esperada. Tal discrepância pode estar associada, em parte, ao número reduzido de observações disponíveis para este grupo, o que compromete a robustez estatística das estimativas e limita a generalização dos resultados.

Gráfico 5 – Mudança, Meio-Termo e Continuidade – Aprovação



A transposição da lógica dos recortes probabilísticos para a variável avaliação ótimo/bom produziu resultados conceitualmente consistentes e estatisticamente robustos. Os intervalos foram ajustados para 0% a 26% (cenário de mudança), 27% a 38% (meio-termo) e 39% ou mais (continuidade), com base em pontos de inflexão observados na curva de previsão. Esses cortes foram definidos com base no mesmo princípio aplicado à variável aprovação: a partir de 27% de avaliação ótimo/bom, a probabilidade de vitória do incumbente ultrapassa 50%, e a partir de 39%, supera os 80%.

As médias previstas de probabilidade de vitória para cada faixa reforçam a adequação dessa tipologia: 19% para o grupo de mudança, 66% para o meio-termo e 97% para o cenário de

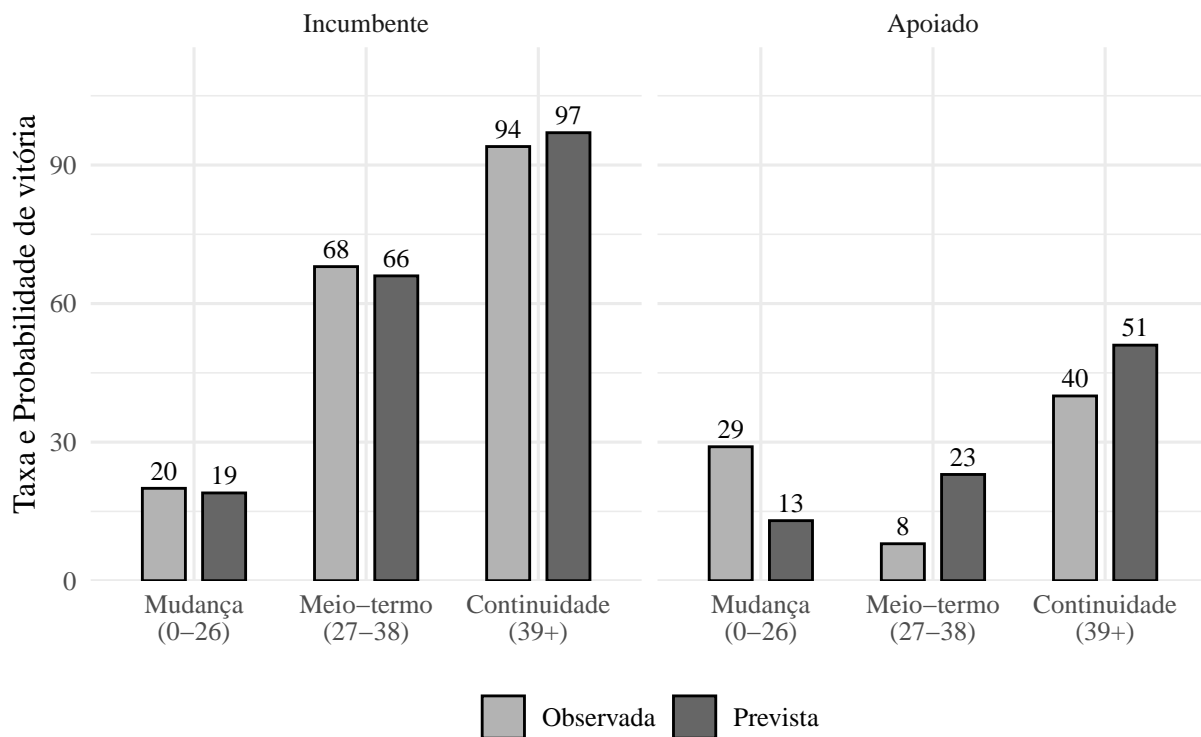
continuidade. Esses valores estimados encontram forte ressonância nos dados observados: entre os incumbentes, a taxa de sucesso foi de 20% no cenário de mudança, 68% no meio-termo e 94% no de continuidade — coincidindo quase integralmente com as previsões do modelo. Tal convergência entre estimativas e realidade empírica reforça a validade classificatória das faixas adotadas, sugerindo que a avaliação ótimo/bom funciona como um indicador confiável da viabilidade eleitoral do governante.

No caso dos candidatos apoiados pelo governo, entretanto, a relação empírica se mostra menos estável. Curiosamente, a taxa de vitória observada é maior no grupo de mudança (29%) do que no meio-termo (8%), contrariando a expectativa de crescimento progressivo à medida que a avaliação melhora. Apenas no grupo de continuidade (39%+), a taxa observada sobe para 40%, aproximando-se das estimativas do modelo.

Assim como ocorreu para a variável aprovação de governo, essa quebra de progressão entre os segmentos mais baixos pode refletir algumas limitações da base de dados. Portanto, embora a classificação baseada em avaliação ótimo/bom funcione bem no caso dos incumbentes, sua aplicação aos apoiados exige cautela analítica. Os resultados sugerem que, para esse grupo, a avaliação do governo não é suficiente, por si só, para explicar o desempenho eleitoral, sendo necessário incorporar outras variáveis.

Em Maceió (2020), por exemplo, JHC (PSB) foi eleito no segundo turno apoiado por uma gestão com apenas 37% de aprovação e 25% de avaliação ótimo/bom. O mesmo ocorreu em Recife (2020), onde João Campos (PSB) venceu mesmo com a administração Geraldo Julio apresentando os mesmos 37% de aprovação e 23% de ótimo/bom. Já em Natal (2024), Paulinho Freire (União Brasil) conquistou a prefeitura com o apoio de uma gestão que tinha apenas 33% de aprovação e 18% de avaliação ótimo/bom.

Em contraste, há situações em que candidatos governistas foram derrotados apesar de contarem com o apoio de administrações bem avaliadas. Em Campo Grande (2012), Edson Giroto (PMDB) perdeu mesmo com um governo que registrava 74% de aprovação e 60% de avaliação ótimo/bom. Da mesma forma, Sarto (PDT) foi derrotado em Fortaleza (2020) com uma gestão apoiadora que somava 67% de aprovação e 56% de avaliação positiva. Outros exemplos incluem Maguito Vilela (MDB) em Goiânia (2020), derrotado apesar de 69% de aprovação e 49% de ótimo/bom, e Josiel Alcolumbre (DEM) em Macapá (2020), que também não conseguiu se eleger mesmo com o apoio de um governo com 66% de aprovação e 51% de avaliação ótima/boa.

Gráfico 6-Mudança, Meio-Termo e Continuidade-Ótimo/Bom

Apesar da correlação positiva observada entre bons índices de avaliação/aprovação e sucesso eleitoral, os dados revelam que a relação entre desempenho administrativo e reeleição está longe de ser determinística. Há casos emblemáticos em que prefeitos foram reeleitos mesmo com níveis bastante baixos de aprovação e avaliação ótimo/bom, sugerindo que fatores como a fragmentação da oposição, o controle da máquina pública ou a rejeição aos adversários podem compensar déficits de popularidade.

O caso mais extremo é o de Zenaldo Coutinho (PSDB), reeleito prefeito de Belém em 2016, mesmo com apenas 33% de aprovação e 19% de avaliação ótimo/bom. Situações semelhantes ocorreram em Campo Grande (2024), onde Adriane Lopes (PP) venceu a disputa com 38% de aprovação e 28% de avaliação ótima/boa, e em Porto Alegre (2024), onde Sebastião Melo (MDB) foi reeleito com 38% de aprovação e 29% de ótimo/bom e em São Paulo, onde o Datafolha apontou 25% de ótimo/bom para o prefeito reeleito Ricardo Nunes (MDB). Em todas essas situações, os prefeitos superaram o desgaste de imagem pública e conquistaram a vitória, frequentemente em segundo turno, reforçando o papel das comparações relativas e da estrutura de campanha como elementos decisivos no voto.

Por outro lado, também há casos em que altos índices de aprovação e avaliação positiva não foram suficientes para garantir a continuidade. O exemplo mais ilustrativo é o de Elmano Férrer (PTB) em Teresina (2012), que, mesmo registrando 62% de aprovação e 48% de avaliação ótimo/bom, não conseguiu levar seu projeto político à vitória, sendo derrotado no segundo turno. Esse caso indica que o bom desempenho administrativo pode ser insuficiente quando há desejo de alternância no poder, candidaturas opositoras bem posicionadas ou fadiga eleitoral com grupos incumbentes.

Essas evidências reforçam a importância de se compreender o voto retrospectivo não apenas como um julgamento linear de desempenho, mas como um processo condicionado pelo contexto, pelos adversários e pelas estratégias disponíveis. A avaliação do governo é um componente relevante, mas não exclusivo, das decisões eleitorais em disputas majoritárias.

Modelando o desfecho eleitoral: uma abordagem multinomial

Embora a maior parte da literatura sobre avaliação de governo e voto parta da suposição dicotômica entre vitória e derrota, essa simplificação pode mascarar importantes variações qualitativas no desfecho eleitoral — especialmente em contextos de eleições em dois turnos, como o brasileiro. Para superar essa limitação, optamos também por utilizar um modelo de regressão logística multinomial, em que a variável dependente foi desdobrada em quatro categorias mutuamente excludentes: (i) vitória no primeiro turno; (ii) vitória no segundo turno; (iii) derrota no segundo turno; e (iv) derrota no primeiro turno.

Essa modelagem permite captar não apenas se o candidato venceu ou perdeu, mas como o fez — se de maneira consolidada, com folga, ou por margem estreita, após disputa em dois turnos. Permite também diferenciar tipos de derrotas: aquelas que ocorrem já no primeiro turno (com menor competitividade) e aquelas mais competitivas, que chegam ao segundo turno. A partir disso, foi possível examinar de forma mais refinada como a avaliação de governo (por aprovação ou avaliação ótimo/bom) afeta não apenas a vitória, mas o modo como ela se concretiza, assim como os diferentes graus de derrota.

Nesse sentido, no Gráfico 7 a seguir oferece uma leitura granular do desfecho eleitoral, distinguindo entre diferentes formas de vitória e derrota. Ao aplicar essa abordagem, observa-se um padrão dinâmico de transição nas probabilidades previstas à medida que a aprovação se eleva. Quando a aprovação está em níveis baixos (em torno de 30%), predomina a derrota logo no primeiro turno, com probabilidade de 63%, e a vitória em qualquer turno aparece como um evento improvável —

por exemplo, com apenas 20% de chance de vitória no segundo turno. Esses resultados sinalizam um claro cenário de rejeição eleitoral, em que o incumbente encontra fortes barreiras para se manter competitivo.

A partir de 40% a 45% de aprovação, ocorre uma transição significativa: a vitória no segundo turno se torna o cenário mais provável, ultrapassando a derrota direta. Em 40%, por exemplo, as chances de vitória no segundo turno já se aproximam de 48%, sinalizando uma inflexão no cenário eleitoral. Trata-se de um ponto de equilíbrio eleitoral, em que o governante se torna competitivo, mas ainda depende da dinâmica do segundo turno. A chance de vitória no segundo turno se torna o cenário mais provável com 50% de aprovação e 72% de chance disso ocorrer, mas apenas 1,5% de chances de ocorrer logo no primeiro turno.

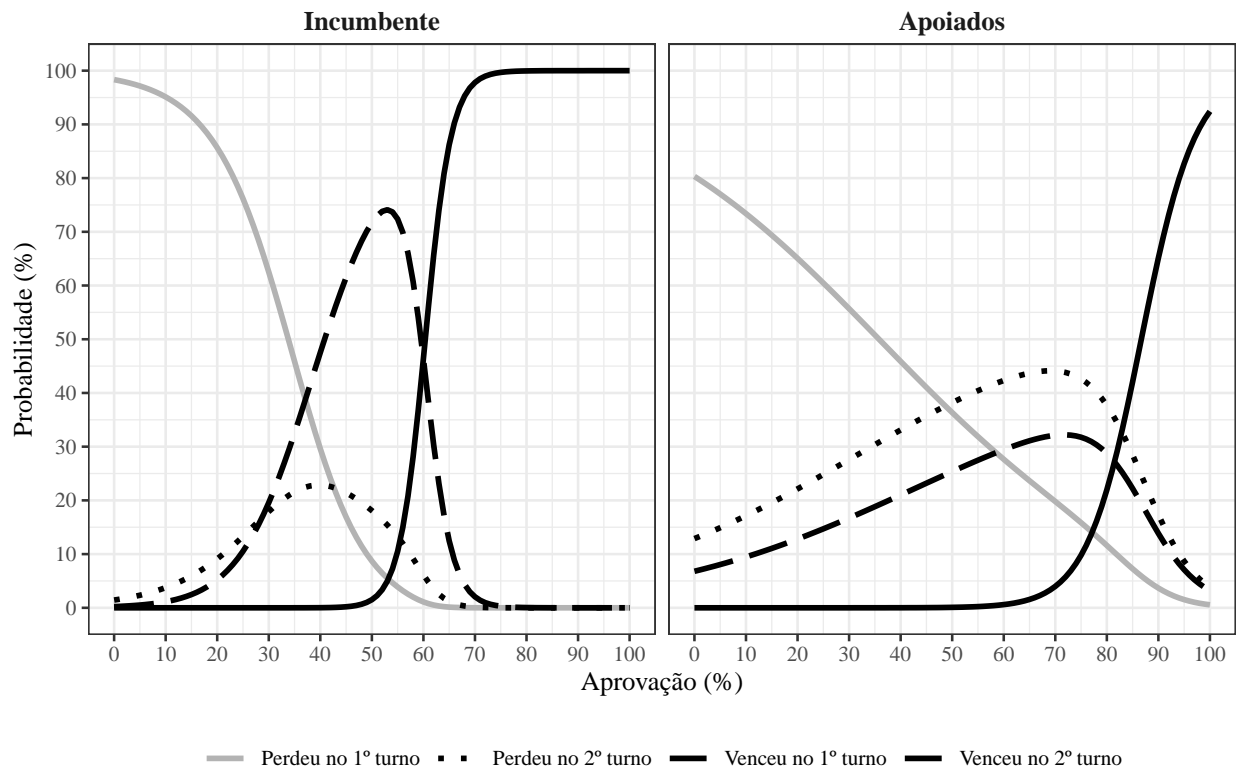
Acima de 60%, a vitória no primeiro turno começa a se destacar: a aprovação massiva não apenas garante a reeleição, mas a antecipa com maior contundência. Nesse patamar chega-se a probabilidade 46% de vitória logo no primeiro turno e praticamente 1% de chance de perder logo no primeiro turno a eleição.

Esse gradiente progressivo demonstra que a aprovação funciona como um acelerador do sucesso eleitoral, mas seus efeitos não são lineares: o ganho marginal de probabilidade é mais acentuado entre 60% e 70%, estabilizando-se em patamares mais altos. Ao capturar os diferentes formatos de sucesso e fracasso eleitoral, o modelo confirma que a legitimidade popular se traduz em intensidade de vitória ou resistência à derrota, e não apenas em seu desfecho binário.

Por sua vez, para os apoiados esse padrão denota as dificuldades de vitória no primeiro turno, mesmo com altas taxas de aprovação. Por exemplo, mesmo no cenário de 80% de aprovação a derrota no segundo turno ainda tem 38% de chance de ocorrer, contra 22% de chance de vitória no primeiro turno e 29% de chance no segundo turno. O cenário de vitória em primeiro turno se torna majoritário em 90% de aprovação, chegando a 65% de chance de vitória nesse turno.

Entretanto, se faz necessário ressaltar que a acurácia do modelo é relativamente modesta para o caso dos apoiados, sendo capaz de prever adequadamente apenas 44% dos casos. Já para o modelo do incumbente, essa taxa se mostra mais robusta, com 77% de acurácia na previsão (ver apêndice no tópico 4-modelo multinomial aprovação de governo e desfecho eleitoral).

Gráfico 7– Probabilidades Previstas por Aprovação e Desfecho Eleitoral



Assim como no caso da aprovação, a utilização de avaliação ótimo/bom como variável explicativa no modelo multinomial permite explorar os diferentes formatos de vitória e derrota nas eleições municipais. O modelo confirma que a percepção qualitativa da gestão influencia não apenas o desfecho eleitoral, mas a intensidade e a forma com que ele se concretiza.

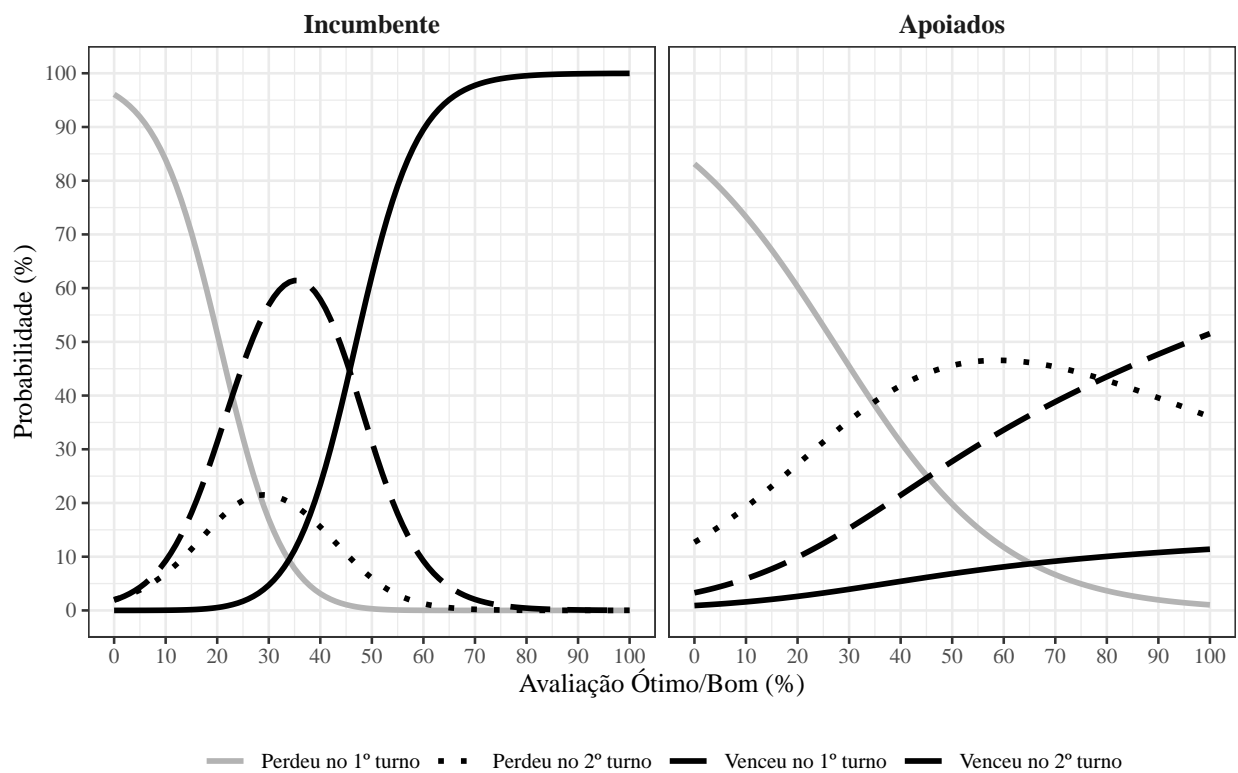
Quando a avaliação ótimo/bom está em níveis baixos (20%), o cenário é amplamente desfavorável ao incumbente: a probabilidade de derrota no primeiro turno ultrapassa 50%. A vitória no primeiro turno, por sua vez, aparece como altamente improvável (menos de 1%). Esses valores indicam que a avaliação crítica da gestão praticamente inviabiliza uma vitória consolidada, embora não exclua completamente a possibilidade de recuperação eleitoral no segundo turno.

Conforme a avaliação melhora e se aproxima dos 35% a 40%, o cenário muda de forma relevante. A vitória no segundo turno se torna cada vez mais provável, alcançando cerca de 58% de chance em 40% de ótimo/bom. Mais do que isso, nesse patamar já chega a 23% de chance a vitória no primeiro turno. Além disso, a probabilidade de derrota no primeiro turno cai para cerca de 3%, o que representa uma inflexão no regime competitivo. A partir desse ponto, o incumbente deixa de ser claramente vulnerável e passa a operar em um terreno mais equilibrado.

Em níveis mais altos de avaliação — acima de 50%, a vitória no primeiro turno se torna o cenário mais provável, chegando a 62% de chance, e que os cenários de derrota se tornem marginais. Isso indica que, assim como a aprovação, a avaliação ótimo/bom possui poder explicativo gradual e robusto.

Para os apoiados, o cenário de vitória no primeiro turno é bastante improvável, permanecendo relativamente estável após a taxa de avaliação positiva chegar a 50%. A probabilidade que mais ganha corpo com o aumento dessa avaliação é a chance de vitória no segundo turno, que passa de 28% na casa dos 50% para 48% ao chegar em 90% de ótimo/bom. Apesar de avaliação positiva ter uma acurácia um pouco maior do que o de aprovação no segmento dos apoiados, ela ainda é baixa, chegando a pouco mais de 54%. Para os incumbentes a acurácia é semelhante ao modelo de aprovação, com 75% de acerto sobre o que de fato aconteceu nos casos estudados (Ver apêndice-tabela 10).

Gráfico 8– Probabilidades Previstas por Ótimo/Bom e Desfecho Eleitoral



Considerações Finais

Este estudo teve como ponto de partida três perguntas centrais: até que ponto avaliação e aprovação de governo são medidas equivalentes? Quais parâmetros dessas variáveis ajudam a explicar o desempenho eleitoral de governistas? E como estabelecer parâmetros empíricos para classificar os pleitos municipais com base nas avaliações de governo?

A primeira questão é respondida com evidência empírica sólida: avaliação ótimo/bom e aprovação de governo mostram-se altamente correlacionadas ($r = 0,97$), com elevada consistência interna (α de Cronbach = 0,99) e forte sobreposição em modelos de regressão. Os dados sustentam que ambas operam como indicadores substitutivos de um mesmo construto latente: a satisfação do eleitorado com o governo vigente. A diferença entre elas reside mais na ênfase cognitiva — uma voltada à performance administrativa, outra à imagem do governante — do que em conteúdo substantivo. Isso justifica o uso intercambiável das duas medidas em análises agregadas ou séries históricas.

Quanto à segunda pergunta, os resultados mostram que tanto avaliação quanto aprovação têm alto poder explicativo sobre o voto e sobre a probabilidade de vitória, sobretudo quando o candidato é o próprio incumbente. A posição institucional fortalece de forma significativa o efeito da aprovação, elevando as chances de vitória mesmo em cenários de desgaste. Já no caso dos candidatos apoiados, a influência positiva da imagem do governo é mais modesta e restrita.

A terceira pergunta levou à construção de classificações heurísticas baseadas em faixas de aprovação e avaliação ótimo/bom. O estudo identificou, com base na probabilidade empírica de vitória, três zonas distintas: eleições de mudança (até 39% de aprovação ou 26% de ótimo/bom), eleições de meio termo (entre 40% e 54% de aprovação ou 27% a 38% de ótimo/bom) e eleições de continuidade (acima de 55% de aprovação ou 39% de ótimo/bom). Tais parâmetros superam o uso arbitrário de cortes fixos, como o proposto por Almeida (2008), que sugeria 45%–50% de ótimo/bom como limite genérico para definir eleições favoráveis ao governo, sem diferenciar entre tipos de candidatura ou considerar a probabilidade efetiva de vitória. Ao substituir um modelo estático por uma abordagem probabilística e condicional, os achados aqui apresentados oferecem uma alternativa mais robusta, empiricamente ancorada e sensível às nuances do processo eleitoral.

Mais do que responder às perguntas originalmente propostas, o estudo avança sobre a literatura ao incorporar modelos multinomiais, capazes de distinguir não apenas entre vitória e derrota, mas também entre diferentes formas de desfecho — vitória no primeiro ou segundo turno, derrota precoce ou competitiva. Essa abordagem permite ir além da lógica dicotômica, ao revelar que

a avaliação de governo não apenas afeta a direção do resultado, mas também sua intensidade e configuração temporal. Trata-se de uma contribuição teórica e metodológica relevante, que qualifica o debate e abre espaço para interpretações mais nuançadas dos efeitos da popularidade governamental.

Nesse sentido, as evidências aqui reunidas não apenas atualizam, mas também superam parte dos consensos anteriores. Ao diferenciar sistematicamente entre incumbentes e apoiados, ao testar a equivalência entre variáveis clássicas de opinião e ao propor novos parâmetros classificatórios baseados em probabilidades, o estudo contribui para uma compreensão mais refinada e precisa da relação entre avaliação de governo e desempenho eleitoral nas capitais brasileiras.

Além disso, outro ponto aberto a debate é o quanto esses parâmetros podem ser utilizados para outras eleições além das capitais, sobretudo para as eleições de Governador e Presidente. Nesse sentido, a comparação com os resultados de Young e Ziemer (2025) nos oferece alguma direção para hipotetizar que esses parâmetros parecem adequados para esse fim, afinal, os resultados dos autores são baseados em pesquisas nacionais, para incumbentes mundo afora. Dada a semelhança com os nossos achados, nosso pressuposto aqui presente é que esses parâmetros, tanto de aprovação quanto de avaliação de governo, podem nos ajudar a entender as eleições brasileiras majoritárias de uma forma geral.

Cabe reconhecer, contudo, que os efeitos da avaliação e aprovação governamental sobre o desempenho de candidatos apoiados pelo governo revelaram-se limitados. Essa limitação pode decorrer, em parte, das especificidades próprias à dinâmica eleitoral dos candidatos não incumbentes, que frequentemente mobilizam atributos distintos. Em parte, também pode refletir restrições impostas pelo tamanho da amostra utilizada. Dessa forma, o tema permanece aberto a investigações futuras que possam aprofundar e qualificar esse debate.

Bibliografia

ALMEIDA, A. C. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2008.

AMARAL, O.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23 (56), 107-123.

CAMPBELL, D. T.; FISKE, D. W. “Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix”. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 56, n. 2, p. 81–105, 1959.

CARREIRÃO, Y. S. Avaliação do governo e “voto econômico”. *Lua Nova* (48), 1999.

_____. “A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras”. Editora fa UFSC/Editora FGV. Rio de Janeiro FGV, 2002.

_____. Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Election. *Brazilian Political Science Review* 1 (1), 70-101, 2007.

DOWNS, A. An economic theory of democracy. New York: Harper, 1957.

FIORINA, M. P. Retrospective voting in American national elections. New Haven: Yale University Press, 1981.

HOUGLAND, J. G.; JOHNSON, T. P., & WOLF, J. G. A fairly common ambiguity: Comparing rating and approval measures in public opinion polling. *Sociological Focus*, 25(4), 319–330.

LAVAREDA, A. Emoções ocultas e estratégias eleitorais. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. “Avaliação ou aprovação? Um equívoco que vem de longe”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/05/2023 em: <https://antoniolavareda.com/2023/05/15/avaliacao-ou-aprovacao-um-equivoco-que-vem-de-longe/>.

LEWIS-BECK, M. S.; TIEN, C. “The job of president and the jobs model forecast: Obama for ’08?” *PS: Political Science & Politics*, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 687–690, 2008.

MOTTA, R. P. S. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-21, 2014.

PEREIRA, F. B. “Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 149-174.2014.

PIMENTEL, J.; PENTEADO, C. Predisposições, avaliação de governo e campanha eleitoral: a vitória de Kassab em São Paulo. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza (org.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito, campanha e voto nas municipais*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2011.

POPKIN, S. *The Reasoning Voter: The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. University of Chicago Press, Chicago, 2nd ed. 1991.

TURGEON, M., Belanger, E e Nadeau,R. et al. French Popularity Functions: Different Measures, Different Determinants? *French Politics* 13, (2015): 266–286.2015.

VENTURI, G.; ANDRADE, D. Voto retrospectivo, identidade partidária e campanha eleitoral na reafirmação do novo: a reeleição de Luizianne Lins em Fortaleza. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. de S. (org.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito, campanha e voto nas municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

YOUNG, C.; ZIEMER, K. *Polls, pollsters, and public opinion: a guide for decision-makers*. Cambridge University Press. 2025.

1 Conflito de interesses

O autor declara que não há conflito de interesses relacionado à pesquisa, à autoria ou à publicação deste artigo.

2 Disponibilidade de dados

Os dados e códigos que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação ao autor correspondente.

Apêndice

1. Previsão de Aprovação por Ótimo/Bom.

Tabela 5: Aprovação Prevista, Erro Padrão e Intervalo de Confiança (95%) com base na Avaliação Ótimo/Bom (%) — Modelo Linear (10% a 80%)

Ótimo/Bom (%)	Aprovação Prevista (%)	Erro Padrão	IC 95% Inferior	IC 95% Superior
10	22.6	0.95	20.7	24.4
11	23.6	0.92	21.8	25.4
12	24.6	0.90	22.9	26.4
13	25.7	0.88	24.0	27.4
14	26.7	0.85	25.0	28.4
15	27.7	0.83	26.1	29.4
16	28.8	0.81	27.2	30.4
17	29.8	0.79	28.3	31.4
18	30.9	0.77	29.4	32.4
19	31.9	0.74	30.4	33.3
20	32.9	0.72	31.5	34.3
21	34.0	0.70	32.6	35.3
22	35.0	0.69	33.7	36.3
23	36.0	0.67	34.7	37.3
24	37.1	0.65	35.8	38.3
25	38.1	0.63	36.9	39.3
26	39.1	0.62	37.9	40.4
27	40.2	0.60	39.0	41.4
28	41.2	0.59	40.1	42.4
29	42.3	0.58	41.1	43.4
30	43.3	0.57	42.2	44.4
31	44.3	0.55	43.2	45.4
32	45.4	0.55	44.3	46.4
33	46.4	0.54	45.3	47.5
34	47.4	0.53	46.4	48.5
35	48.5	0.53	47.4	49.5

Ótimo/Bom (%)	Aprovação Prevista (%)	Erro Padrão	IC 95% Inferior	IC 95% Superior
36	49.5	0.53	48.5	50.5
37	50.5	0.52	49.5	51.6
38	51.6	0.53	50.5	52.6
39	52.6	0.53	51.6	53.6
40	53.6	0.53	52.6	54.7
41	54.7	0.54	53.6	55.7
42	55.7	0.54	54.7	56.8
43	56.8	0.55	55.7	57.8
44	57.8	0.56	56.7	58.9
45	58.8	0.57	57.7	59.9
46	59.9	0.58	58.7	61.0
47	60.9	0.60	59.7	62.1
48	61.9	0.61	60.7	63.1
49	63.0	0.63	61.7	64.2
50	64.0	0.64	62.8	65.3
51	65.0	0.66	63.8	66.3
52	66.1	0.68	64.8	67.4
53	67.1	0.70	65.8	68.5
54	68.2	0.72	66.8	69.6
55	69.2	0.74	67.7	70.6
56	70.2	0.76	68.7	71.7
57	71.3	0.78	69.7	72.8
58	72.3	0.80	70.7	73.9
59	73.3	0.82	71.7	74.9
60	74.4	0.84	72.7	76.0
61	75.4	0.87	73.7	77.1
62	76.4	0.89	74.7	78.2
63	77.5	0.91	75.7	79.3
64	78.5	0.94	76.7	80.4
65	79.6	0.96	77.7	81.4
66	80.6	0.99	78.7	82.5
67	81.6	1.01	79.6	83.6
68	82.7	1.04	80.6	84.7

Ótimo/Bom (%)	Aprovação Prevista (%)	Erro Padrão	IC 95% Inferior	IC 95% Superior
69	83.7	1.06	81.6	85.8
70	84.7	1.09	82.6	86.9
71	85.8	1.11	83.6	87.9
72	86.8	1.14	84.6	89.0
73	87.8	1.16	85.6	90.1
74	88.9	1.19	86.5	91.2
75	89.9	1.21	87.5	92.3
76	91.0	1.24	88.5	93.4
77	92.0	1.27	89.5	94.5
78	93.0	1.29	90.5	95.6
79	94.1	1.32	91.5	96.6
80	95.1	1.35	92.5	97.7

2. Valores previstos de probabilidade de vitória pelo modelo de regressão logística da aprovação de governo:

Tabela 6: Probabilidades previstas de vitória segundo Aprovação (%) — Modelo com interação e termo principal de grupo (consistente com o gráfico)

Aprovação (%)	Situação	Apoiado
10	1.4	8.8
11	1.6	9.1
12	1.8	9.4
13	2.1	9.6
14	2.4	9.9
15	2.7	10.2
16	3.1	10.5
17	3.5	10.9
18	4.0	11.2
19	4.5	11.5
20	5.2	11.8

Aprovação (%)	Situação	Apoiado
21	5.9	12.2
22	6.7	12.5
23	7.6	12.9
24	8.6	13.3
25	9.7	13.7
26	11.0	14.1
27	12.4	14.5
28	14.0	14.9
29	15.7	15.3
30	17.6	15.7
31	19.6	16.2
32	21.9	16.6
33	24.3	17.1
34	26.9	17.5
35	29.6	18.0
36	32.5	18.5
37	35.6	19.0
38	38.8	19.5
39	42.1	20.0
40	45.4	20.6
41	48.8	21.1
42	52.2	21.7
43	55.6	22.2
44	58.9	22.8
45	62.2	23.4
46	65.3	24.0
47	68.4	24.6
48	71.2	25.2
49	73.9	25.8
50	76.5	26.5
51	78.8	27.1
52	81.0	27.7
53	83.0	28.4
54	84.9	29.1

Aprovação (%)	Situação	Apoiado
55	86.5	29.8
56	88.0	30.5
57	89.4	31.2
58	90.6	31.9
59	91.7	32.6
60	92.7	33.3
61	93.6	34.0
62	94.3	34.8
63	95.0	35.5
64	95.6	36.3
65	96.2	37.0
66	96.6	37.8
67	97.1	38.6
68	97.4	39.4
69	97.7	40.2
70	98.0	41.0
71	98.3	41.7
72	98.5	42.5
73	98.7	43.4
74	98.8	44.2
75	99.0	45.0
76	99.1	45.8
77	99.2	46.6
78	99.3	47.4
79	99.4	48.2
80	99.5	49.1

3. Valores previstos de probabilidade de vitória pelo modelo de regressão logística da avaliação de governo (Ótimo/Bom)

Tabela 7: Probabilidades previstas de vitória segundo Ótimo/Bom (%) — Modelo com interação e termo principal de grupo (consistente com o gráfico)

Ótimo/Bom (%)	Situação	Apoiado
10	11.6	12.0
11	12.9	12.4
12	14.3	12.8
13	15.8	13.1
14	17.5	13.5
15	19.3	13.9
16	21.3	14.4
17	23.4	14.8
18	25.6	15.2
19	28.0	15.7
20	30.5	16.1
21	33.1	16.6
22	35.8	17.1
23	38.6	17.5
24	41.5	18.0
25	44.5	18.6
26	47.5	19.1
27	50.5	19.6
28	53.5	20.2
29	56.5	20.7
30	59.5	21.3
31	62.3	21.9
32	65.1	22.4
33	67.8	23.0
34	70.4	23.7
35	72.9	24.3
36	75.2	24.9
37	77.4	25.6
38	79.4	26.2
39	81.3	26.9
40	83.1	27.6

Ótimo/Bom (%)	Situação	Apoiado
41	84.7	28.2
42	86.2	28.9
43	87.6	29.7
44	88.9	30.4
45	90.0	31.1
46	91.0	31.8
47	92.0	32.6
48	92.8	33.3
49	93.6	34.1
50	94.3	34.9
51	94.9	35.7
52	95.4	36.4
53	95.9	37.2
54	96.4	38.0
55	96.8	38.8
56	97.1	39.7
57	97.5	40.5
58	97.7	41.3
59	98.0	42.1
60	98.2	43.0
61	98.4	43.8
62	98.6	44.7
63	98.8	45.5
64	98.9	46.3
65	99.0	47.2
66	99.1	48.1
67	99.2	48.9
68	99.3	49.8
69	99.4	50.6
70	99.5	51.5
71	99.5	52.3
72	99.6	53.2
73	99.6	54.0
74	99.7	54.9

Ótimo/Bom (%)	Situação	Apoiado
75	99.7	55.7
76	99.7	56.6
77	99.8	57.4
78	99.8	58.2
79	99.8	59.1
80	99.8	59.9

4-Modelo multinomial aprovação de governo e desfecho eleitoral.

fitting null model for pseudo-r2

Acurácia Geral: 64.86 %

Acurácia Incumbente: 76.6 %

Acurácia Apoiados: 44.44 %

Matriz de Confusão:

##	Observado			
## Previsto	Perdeu 1º turno	Perdeu 2º turno	Venceu 2º turno	
## Perdeu 1º turno	15	6	4	
## Perdeu 2º turno	3	4	2	
## Venceu 2º turno	2	3	14	
## Venceu 1º turno	0	1	2	
##	Observado			
## Previsto	Venceu 1º turno			
## Perdeu 1º turno	0			
## Perdeu 2º turno	1			
## Venceu 2º turno	2			
## Venceu 1º turno	15			

Tabela 8: Regressão Multinomial com Interação: Aprovação
× Incumbente/Apoiado

Categoria	(Intercept)	Aprov	Incumbente_ou_Apoiado	Interac:Incumbente_ou_Apoiado	Pseudo R ²	N
Perdeu 2º turno	-4.221	0.099	2.405	-0.062	0.429	74
Venceu 2º turno	-6.056 ***	0.163	3.609	-0.122	0.429	74
Venceu 1º turno	-29.455	0.553 ***	12.576 ***	-0.334	0.429	74

Tabela 9: Probabilidades previstas (incumbente)

Aprovacao	Venceu no 1º turno	Venceu no 2º turno	Perdeu no 2º turno	Perdeu no 1º turno
0	0.0	0.2	1.4	98.3
10	0.0	1.1	3.8	95.1
20	0.0	5.2	9.1	85.7
30	0.0	19.6	17.9	62.5
40	0.0	47.5	22.8	29.6
50	1.5	71.7	18.1	8.7
60	46.4	46.3	6.1	1.1
70	97.8	2.0	0.1	0.0
80	100.0	0.0	0.0	0.0
90	100.0	0.0	0.0	0.0
100	100.0	0.0	0.0	0.0

Tabela 10: Probabilidades previstas (apoiado)

Aprovacao	Venceu no 1º turno	Venceu no 2º turno	Perdeu no 2º turno	Perdeu no 1º turno
0	0.0	6.8	12.9	80.3
10	0.0	9.5	17.1	73.4
20	0.0	12.8	22.1	65.1

30	0.0	16.7	27.6	55.7
40	0.0	21.0	33.1	45.9
50	0.1	25.4	38.2	36.3
60	0.6	29.4	42.3	27.7
70	4.0	32.1	44.1	19.8
80	22.0	28.7	37.7	11.6
90	65.1	13.9	17.3	3.7
100	92.4	3.2	3.8	0.6

4-Modelo multinomial avaliação de governo e desfecho eleitoral.

fitting null model for pseudo-r2

Acurácia Geral: 69.06 %

Acurácia Incumbente: 75.26 %

Acurácia Apoiados: 54.76 %

Matriz de Confusão:

```
##
##           Observado
## Previsto   Perdeu 1º turno Perdeu 2º turno Venceu 2º turno
## Perdeu 1º turno           19             6             4
## Perdeu 2º turno           5             10            4
## Venceu 2º turno           3             6            23
## Venceu 1º turno           0             2             7
##
##           Observado
## Previsto   Venceu 1º turno
## Perdeu 1º turno           1
## Perdeu 2º turno           1
## Venceu 2º turno           4
## Venceu 1º turno          44
```

Tabela 11: Regressão Multinomial com Interação:
Ótimo/Bom × Incumbente/Apoiado

Categoria	(Intercept)	OB	Incumbente_ou_Apoiado	Ótimo	Incumbente_ou_Apoiado	Pseudo R ²	N
Perdeu 2º turno	-3.881 *	0.137	1.989		-0.083	0.3849	139
Venceu 2º turno	-3.915 ***	0.171 **	0.659		-0.099	0.3849	139
Venceu 1º turno	-11.193 ***	0.33 ***	6.665 ***		-0.261 ***	0.3849	139

\begin{table}[H] \caption{Probabilidades previstas por Ótimo-Bom (%) - Incumbente}

OB	Venceu no 1o turno	Venceu no 2o turno	Perdeu no 2o turno	Perdeu no 1o turno
0	0,0	1,9	2,0	96,1
10	0,0	9,2	6,9	83,9
20	0,5	31,3	16,6	51,6
30	4,7	56,9	21,5	17,0
40	23,4	57,9	15,5	3,1
50	62,3	31,4	6,0	0,3
60	89,5	9,2	1,3	0,0
70	97,8	2,1	0,2	0,0
80	99,5	0,4	0,0	0,0
90	99,9	0,1	0,0	0,0
100	100,0	0,0	0,0	0,0

\end{table}

\begin{table}[H] \caption{Probabilidades previstas Ótimo-Bom (%) - Apoiados}

OB	Venceu no 1o turno	Venceu no 2o turno	Perdeu no 2o turno	Perdeu no 1o turno
0	0,9	3,3	12,7	83,1

10	1,6	5,9	19,2	73,3
20	2,6	9,9	27,2	60,3
30	3,9	15,3	35,3	45,5
40	5,4	21,5	41,8	31,3
50	6,8	27,7	45,6	19,8
60	8,1	33,6	46,5	11,8
70	9,2	38,8	45,3	6,7
80	10,0	43,5	42,8	3,7
90	10,8	47,7	39,6	2,0
100	11,4	51,5	36,0	1,0

\end{table}

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.